

CONTRATO CEDAE N.º 050/2018 (DE)
que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE)** e as empresas componentes
do **CONSÓRCIO MÓDULO**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus diretores ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente, e Sr. MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU, Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, doravante denominada **CEDAE**, bem como as seguintes empresas: **(1) EMISSÃO S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Martin Luther King Jr., n.º 126, grupo 432, Bairro Del Castilho, Cep.: 20.765-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 39.110.879/0001-60, neste ato por meio de seus representantes, Sr. MARCO ANTÔNIO BARREIROS CALVINHO, portador da ID n. 086669967 e inscrito no CPF n.º 601.455.606-00, e Sr. LIBARDO ANDRES ORTIZ CARRILLO, identidade RNE n.º AQ 525211 e CPF n. 706.171.111-62; e a **(2) SANEAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**, com sede Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Guilherme Dumont Villares, 1230, 12º andar, Bairro Vila Suzana, Cep.: 056.040-002, inscrito no CNPJ sob o n.º: 46.277.612/0001-27, neste ato através de representante, Sr. PAULO JOSÉ DEBATIN DA SILVEIRA, portador da ID n. 3.377.312 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 507.730.548-04, aqui reunidas através do **CONSÓRCIO MÓDULO**, liderado pela primeira empresa, com sede na Rua Joaquim Laje, 115, Mutondo, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP 24.450-280, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.568.892/0001-36, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar a presente contratação, fazendo-o por meio do processo administrativo **nº E-07/100.183/2018**, mediante **Dispensa de Licitação n. 004/2018 (DE)**, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, tendo como justo e acordado o presente ajuste, que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto os serviços de **"OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO**



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



DE AÇÕES COMERCIAIS EM TODA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - LOTE III - ÁREA D (ZONA LESTE E INTERIOR DO ESTADO)".

Parágrafo Único – Os serviços serão executados de acordo com o Termo de Referência anexo ao presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DOS SERVIÇOS

O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da ordem de início que vier a ser emitida pela **CEDAE**, não podendo esta ordem ser anterior à publicação do ato ratificador desta contratação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único – A **CEDAE** se reserva o direito de rescindir a presente contratação tão logo se conclua o procedimento licitatório já instaurado para o mesmo objeto, o que será feito sem qualquer indenização por perdas e danos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**, além daquelas definidas no Termo de Referência anexo a este contrato:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas;
- e) observar o disposto no art. 31, e seus parágrafos, da Lei 8.212/91.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas descritas no Termo de Referência anexo a este contrato:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas e em estrita observância ao Termo de referência anexo, à sua Proposta de Preços e à legislação vigente, atendendo a todas as solicitações da **CEDAE**, relacionadas ao objeto deste Contrato;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documentação de que tenha conhecimento em razão destes serviços, orientando seus funcionários, no caso de cessão de mão-

de-obra, sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da **CEDAE**, salvo quando expressamente autorizados por esta;

c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços previstos neste Contrato;

d) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;

e) prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção de falhas ou defeitos verificados na execução de seus serviços, responsabilizando-se, perante CEDAE e terceiros, pelos prejuízos dele decorrentes;

f) providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo;

g) enviar representante, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

h) manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;

i) aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações quantitativas/qualitativas do serviço contratado, conforme o prescrito nos parágrafos 1º e 2º, do art.65, da Lei nº 8.666/93;

j) observar as determinações do art. 31, e seus parágrafos, da Lei 8.212/91.

k) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

l) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal n. 8.213/1991; e

m) na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos e trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (4) de 1.001 em diante = 5%.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2018, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110304
Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33903916
Fonte de Recursos: 10
Reserva Orçamentária: 2018000695

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação, cuja execução se dará em regime de empreitada por preço unitário, será paga de acordo com a medição dos serviços previstos na planilha de fls. **141 a 143** do Processo Administrativo de referência, sendo o seu valor estimado em **R\$ 21.422.365,27 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos)**.

Parágrafo Primeiro – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

Parágrafo Segundo – O valor da contratação aqui indicado destina-se apenas a possibilitar o empenho, por estimativa, dos recursos necessários à sua execução, não importando em direito subjetivo ao seu recebimento total por parte da **CONTRATADA** no caso de medições efetuadas em quantidades inferiores às inicialmente previstas pela **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro – A **CEDAE** se reserva o direito de rescindir a presente contratação tão logo se conclua o procedimento licitatório já instaurado para o mesmo objeto, fazendo-o sem qualquer indenização à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da **CEDAE**. Deverá ser obedecida toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sexto – A instituição e atuação da Comissão de fiscalização não excluirão ou atenuarão a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

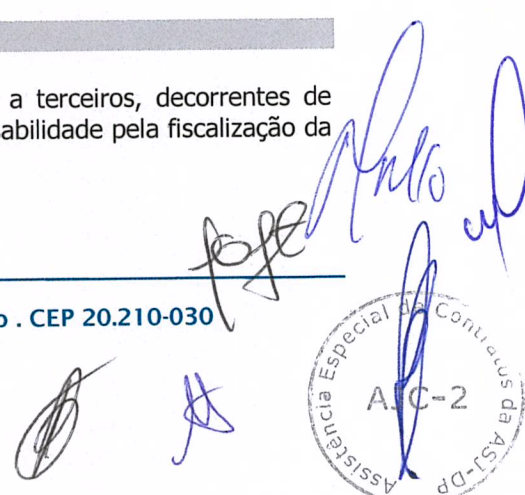
Parágrafo Sétimo – A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo, em decorrência de fato superveniente e imprevisível, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão ocorrerá pelos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da ordem, pela **CONTRATADA**, da referida determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

Parágrafo Oitavo – Os empregados alocados nesta contratação deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

Parágrafo Nono – Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "m" da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não se excluindo esta responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE** ou outro órgão da Administração.



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp that reads "Assistência Especial de Contas da ASJ-DP" and "A/C-2".

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos. A **CONTRATADA** declara-se ciente e de acordo, desde já, com o fato de que os preços previstos nesta contratação serão **fixos e irrevogáveis** durante todo o contrato. Declara, ainda, que o preço ajustado prevê todos os encargos fiscais e comerciais oriundos da execução deste contrato.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro – Por haver cessão de mão de obra nesta contratação, com a alocação de empregados da **CONTRATADA** à disposição exclusiva da **CEDAE**, em suas dependências ou fora delas, caberá a ambas as partes a observância do disposto no art. 31, e seus parágrafos, da Lei 8.212/91. Neste caso a **CONTRATADA** ficará obrigada a apresentar mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, as seguintes comprovações:

- a) prova de que está pagando as verbas salariais até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento;
- b) a folha de pagamento exclusiva para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91
- c) a Cópia da SEFIP/GFIP.
- d) a Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados. A comprovação deste item poderá se dar por meio de declaração da **CONTRATADA**;
- e) a Prova de Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados. Este documento poderá ser apresentado apenas no início do contrato, como condição ao pagamento da primeira fatura, tornando-se sua apresentação novamente necessária apenas quando houver a contratação de um novo empregado para ser cedido a **CEDAE**;
- f) as cópias autenticadas dos comprovantes de recolhimento mensal do FGTS e INSS (este último relativo à parte descontada de seus funcionários) pagos, bem como os demais encargos relativos aos empregados vinculados ao contrato; e
- g) prova de que se encontra em dia com o recolhimento dos tributos, contribuições e encargos.
- h) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, previsto na cláusula quarta, letra "m", deste instrumento.

Parágrafo Quarto – A ausência dos documentos mencionados nos parágrafos terceiro e sexto - este último quando relativo às certidões vencidas de: (i) Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela PFN; (ii) regularidade de recolhimento das verbas de FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) de débitos trabalhistas, emitida pelo TRT - ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA** assinalando o prazo de 10 (dez) dias para demonstração do cumprimento destas obrigações (trabalhistas e previdenciárias) e apresentação de defesa, referente à eventual aplicação da penalidade de advertência por descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado. Permanecendo a inadimplência total ou parcial, o contrato será rescindido.

Parágrafo Quinto – A ausência dos comprovantes referentes às verbas trabalhistas e previdenciárias dos empregados envolvidos nesta contratação (documentos mencionados nos itens "a" e "f" do parágrafo terceiro desta cláusula), assim como do comprovante relativo ao regime de quotas previsto na Lei Estadual n. 7.258/2016 (letra "h" do parágrafo terceiro desta cláusula), impedirá a obtenção do recibo de adimplemento previsto na Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

Parágrafo Sexto – A **CONTRATADA** também será obrigada a reapresentar, sob pena de sanção, todos os documentos de habilitação que lhe foram exigidos para esta contratação, e isso: (i) sempre que expirados os seus prazos de validade; ou (ii) quando houver a necessidade de elaboração de algum termo aditivo ao contrato.

Parágrafo Sétimo – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação. O pagamento será feito mediante crédito em conta bancária de titularidade da **CONTRATADA**, mantida no Banco Bradesco S/A, que deverá ser indicada à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais deverão se limitar aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Segundo – Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada no parágrafo quinto da cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

Parágrafo Terceiro - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

Parágrafo Quarto - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (cf. parágrafo quinto da cláusula oitava) **impedirá a concessão do atesto**, ficando **consequentemente suspenso o prazo para pagamento**, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

Parágrafo Quinto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada.

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Sétimo - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Oitavo - A **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

Parágrafo Nono - Os pagamentos que eventualmente venham a ser realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento. **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

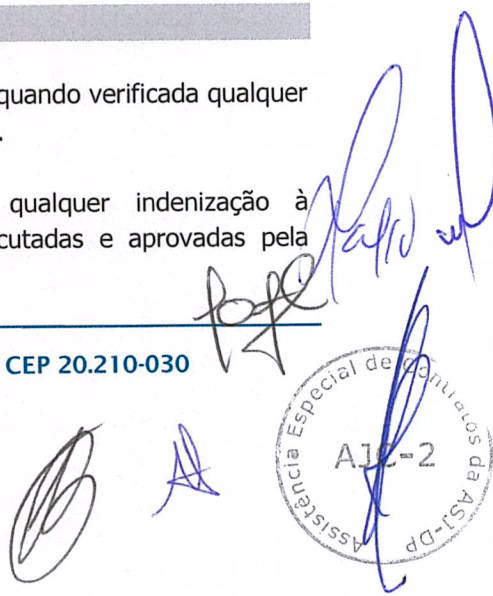
CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, por meio de termo aditivo, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE** quando verificada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666.

Parágrafo Primeiro - A rescisão unilateral será feita sem qualquer indenização à **CONTRATADA**, a não ser pelas parcelas do objeto realmente executadas e aprovadas pela



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp from the 'Assistência Especial de Contas da ASU-DP' with the number 'A12-2'.

CEDAE, e desde que descontados destas quaisquer créditos que aquela venha a possuir à época, relativos às sanções aplicadas.

Parágrafo Segundo – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – A declaração de rescisão unilateral deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do ato rescisório em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto – Constituem motivo para a rescisão unilateral do Contrato, além daquelas relacionadas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, a cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da **CEDAE**.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de rescisão unilateral, além das sanções cabíveis na cláusula décima-segunda poderá a **CEDAE**: a) cobrar da **CONTRATADA** a multa de 10% (dez por cento) em decorrência da rescisão contratual unilateral, calculada sobre o saldo reajustado do contrato; e b) cobrar indenização suplementar em juízo se verificado prejuízo superior ao valor da multa rescisória, nos termos do art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto – Todas as penalidades aplicadas em decorrência deste contrato serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las da garantia prestada e, em sendo esta insuficiente, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, podendo ainda cobrá-las judicialmente, servindo o presente instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar a Administração Pública Estadual direta e indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração

Pública em geral, assim considerados todos os Entes federativos.

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

Parágrafo Quarto - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" serão impostas pelo Ordenador da Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

Parágrafo Sexto - A aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

Parágrafo Sétimo - A multa administrativa, prevista na alínea "b", observará o seguinte:

- i) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme disciplinado pelo artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- iii) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- iv) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e com a multa rescisória, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Oitavo - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", observará o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, quando este não realizar o depósito deste no prazo devido.

iii) será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto na forma prevista no parágrafo quarto da cláusula oitava.

Parágrafo Nono - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, prevista na alínea "d", perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

Parágrafo Décimo - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) sobre cada dia útil que exceder ao prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa rescisória e demais sanções administrativas.

Parágrafo Décimo Segundo - Se o valor das multas previstas na alínea "b", e no parágrafo anterior, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Décimo Terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo Quarto - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado a qual indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretender imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

Parágrafo Décimo Quinto - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo Sexto - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

Parágrafo Décimo Sétimo - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta cláusula, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

Parágrafo Décimo Oitavo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Nono - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual direta e indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

Parágrafo Vigésimo - As penalidades impostas serão registradas pelo no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na alínea "d" e "c" desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: PACTA SUNT SERVANDA

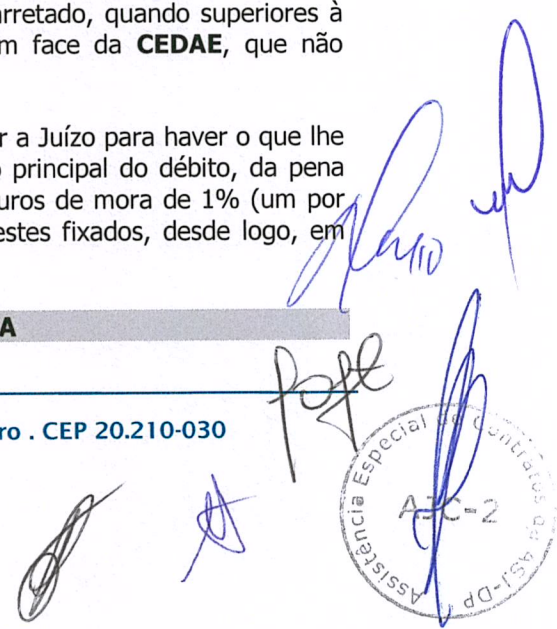
O presente instrumento faz lei entre as partes e substitui todos os documentos produzidos na fase de negociação, quando em contradição com seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA



Handwritten signatures and stamps are present in the bottom right corner of the page. There is a circular stamp that reads "Assistência Especial de Contratos" and "A-C-2". There are several handwritten signatures in blue ink, including one that appears to be "Rafael" and another that is partially legible as "Rafael".

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE**, e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da **CEDAE**, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Terceiro - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Quarto - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após

sua liberação.

Parágrafo Quinto - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto - Se a **CONTRATADA** optar pelo "seguro-garantia", deverá prestá-lo na modalidade "**Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço**" para cobertura dos itens I a III do parágrafo anterior, em percentual correspondente a 1% (um por cento), complementada com a garantia adicional na modalidade "**Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias**" para o item IV, em percentual de 4% (quatro por cento), sendo o parâmetro de ambas garantias o valor atualizado do contrato.

Parágrafo Sétimo - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.

Parágrafo Oitavo - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

Parágrafo Nono - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Décimo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Décimo Primeiro - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

Parágrafo Décimo Terceiro - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo Quarto - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Quinto - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Ao término de cada exercício financeiro a Aceitação Provisória ocorrerá mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** omitir-se ou recusar-se a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva

comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- (V) A obrigação será considerada adimplida, conforme já mencionado no parágrafo segundo da cláusula nona, pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados no parágrafo quinto da cláusula oitava.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- (X) O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 13 da Lei 8.666/93, casos em

que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

PARÁGRAFO QUINTO – A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A aceitação definitiva do objeto pactuado, nos termos da alínea "b", inciso I, art. 73 da Lei Federal n. 8.666/93, far-se-á por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUINTO – Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

PARÁGRAFO SEXTO - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

Para fins de publicidade, o extrato do contrato será publicado pela **CEDAE** na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Após a publicação, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para cumprimento da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

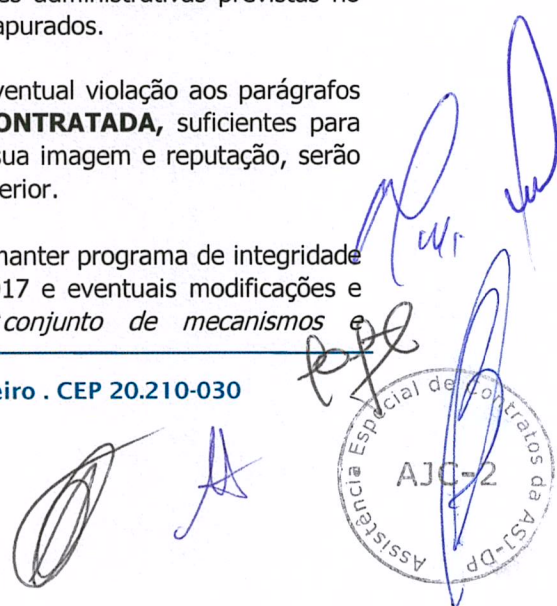
- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the text "Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP" and "AJC-2".

procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública'.

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

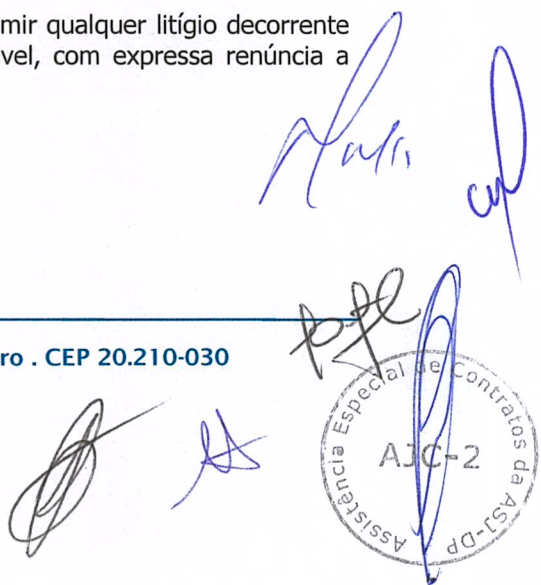
PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp that reads "Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP AIC-2".


E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 26 de ABRIL de 2018.

Pela **CEDAE**:

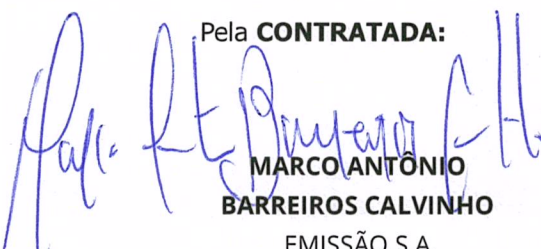


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente

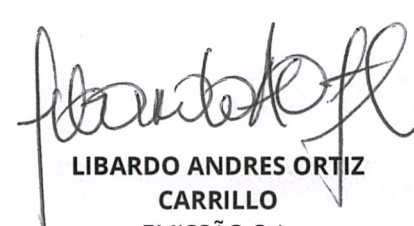


MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU
Diretor de Projetos Estratégicos e
Sustentabilidade

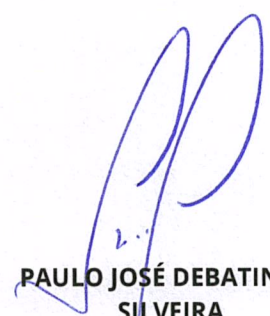
Pela **CONTRATADA**:



**MARCO ANTÔNIO
BARREIROS CALVINHO**
EMIÇÃO S.A.



**LIBARDO ANDRES ORTIZ
CARRILLO**
EMIÇÃO S.A.



**PAULO JOSÉ DEBATIN DA
SILVEIRA**
SANEAR ENGENHARIA E
CONSTRUÇÃO LTDA

TESTEMUNHAS:

Ref. contr-MODULO-LOTE-III-leitura-e-faturamento-DL-004-18-P

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

LOTE III

1 – JUSTIFICATIVA

A eficiência e a sustentabilidade econômica da Nova CEDAE devem ter como base um cadastro comercial atualizado e um parque de hidrômetros moderno para que, conjugados, tenhamos um faturamento calcado em volumes fornecidos e medidos de água com precisão, bem como, uma cobrança de coleta de esgotos correta.

O grande desafio é trabalhar com os serviços de forma planejada, com prazos e condições estabelecidos objetivando o cumprimento da Lei e, também, atender as necessidades da CEDAE. Necessidades essas de recuperação, em curtos e médios prazos, de seus índices de evasão que provocam o desgaste financeiro e a diminuição da capacidade de investimento da Cia para agir nas suas diversas áreas de atuação.

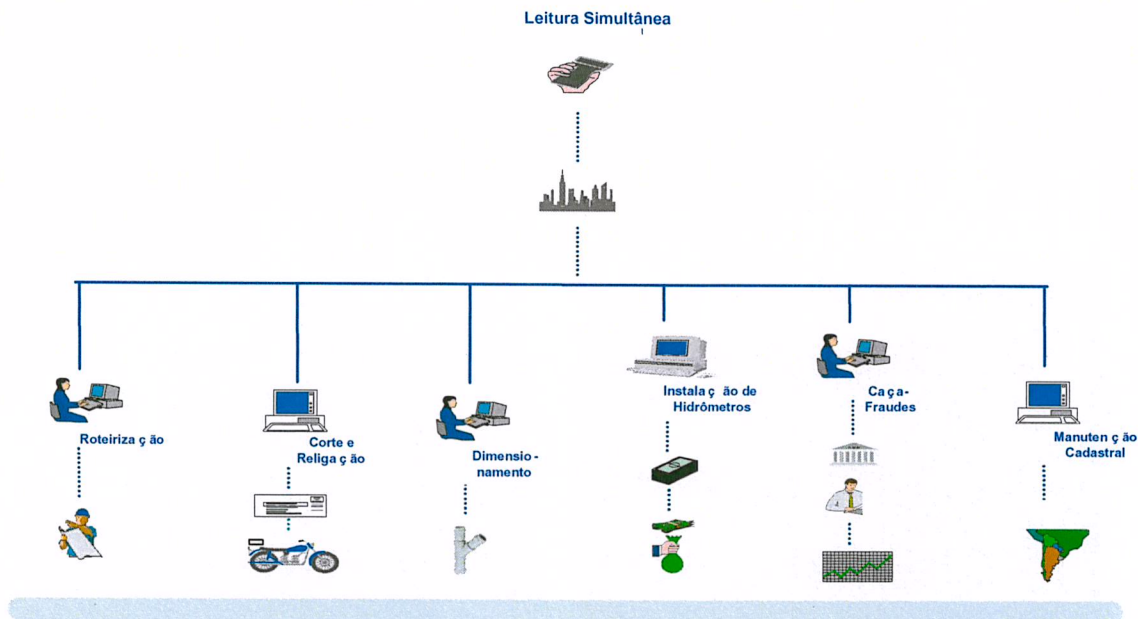
A Lei 11445 de 05 de janeiro de 2007 estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico e princípios fundamentais que deverão ser cumpridos rigorosamente, sendo um deles a integralidade que compreende um conjunto de atividades e componentes dos diversos serviços que compõem o saneamento básico, propiciando as necessidades da população com eficiência e eficácia das ações e resultados.

A CEDAE vêm apresentando grande evolução nos últimos anos. Com a consagração da leitura informatizada de hidrômetros e entrega simultânea das contas, uma série de ações foi desencadeada, o que vem permitindo desde acertos de cadastro fundamentais para aprimoramento do faturamento, substituição de hidrômetros parados, controle de perdas até o combate à inadimplência de clientes através de avisos de débitos e interrupções de abastecimento. Destacamos, mais uma vez, a necessidade do cumprimento de novas regras estabelecidas pela Lei 11445/07, com relação a procedimentos e prazos, bem como do Código de Defesa do Consumidor, pelos quais temos dedicado grande atenção no desenvolvimento das atividades comerciais.

Para articular todas essas atividades, o METRUS e seus módulos - Roteiro, Corte, Dimensionamento, Hidrômetro, Caça fraude e Cadastro vem sendo incrementado para absorver novas rotinas que se fazem necessárias a medida que novas demandas surgem, sempre com o foco na eficácia e sustentabilidade econômica da CEDAE, com a velocidade necessária para combater à inadimplência tão nociva ao desenvolvimento e fortalecimento da Cia.

O sistema METRUS vem continuamente sendo foco de constantes melhorias em termos de inovações funcionais e de novos módulos, ainda mantém as mesmas características tecnológicas de sua concepção no que se refere à arquitetura de desenvolvimento. Face às constantes atualizações e a renovação tecnológica das soluções de TI, no último ano a CEDAE investiu no sistema atualizando significativamente toda infra-estrutura que suporta a aplicação e vem ultimamente investindo para adaptá-lo a novos padrões de mercado decidindo por migrá-lo

para uma nova arquitetura de **desenvolvimento e** produção. Esses padrões envolvem a adoção de ferramentas modernas no desenvolvimento de sistemas e a utilização de banco de dados que permitem melhorias no desempenho e a redução de custos, agregados com a alta Tecnologia. O sistema todo deve permitir ser auditado e rastreado em todas as suas funções e alterações.



A gestão associada a ações operacionais permitiu a coordenação integrada na atuação com foco nos dados e elementos bem definidos que provocaram mudanças acarretando o aumento do faturamento e a melhoria da qualidade do faturamento, com o conseqüente reflexo positivo na arrecadação, mas ainda precisamos avançar sem interrupções e descontinuidades para não perder o foco na recuperação da Cedae até o momento atual..

Mudar a imagem da Cia também fez parte do trabalho realizado através de ações pontuais de combates a fraudes e ligações clandestinas que vem sendo combatidas com rigor em conjunto com a Segurança e são manchetes dos jornais ; aprimoramento da leitura e a substituição contínua de hidrômetros parados e com vida útil vencida também são vitais para o faturamento e é processo que nunca pode parar, pois estamos saindo de um quadro perverso do nosso parque de medidores que era velho ,ultrapassado e agora temos que dar prosseguimento na substituição e na garantia de equipamentos novos, funcionando de acordo com o padrão.

Com estas atuações agregadas de forma contínua, que se iniciam na apuração da leitura e entrega da conta e, posteriormente, com ações em cadeia que passam pela correção do

cadastro, pela modernização do parque de hidrômetros, pelo combate as fraudes e o gerenciamento dessas ações por um único sistema informatizado de forma a não haver descontinuidade nos processos é que vimos solicitar a execução de Dispensa de Licitação dos serviços descritos a seguir, de forma a dar continuidade na recuperação da CEDAE, ampliando os números já obtidos de faturamento e arrecadação e, na imagem da Cia, dando ênfase ao que se propõe o espírito e a marca da CEDAE.

Ressaltamos que as empresas atualmente contratadas e que realizam esses serviços darão continuidade através da DL, até que a licitação para os serviços seja concretizada e que contamos com a experiência dos seus Gerentes e corpo técnico para que o bom trabalho realizado seja continuado.

II – OBJETO

1 - Constitui o objeto da presente Dispensa de Licitação - DL a contratação de empresa para execução dos serviços técnicos especializados de **"Operação, otimização do sistema de leitura, medição, faturamento e arrecadação, com gerenciamento e operação de ações comerciais em toda área de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE/RJ, em 3 LOTES"** envolvendo as áreas de faturamento, medição, cadastro de consumidores, e demais atividades estabelecidas no item Descrição dos serviços a executar deste Termo de Referência, nas áreas de concessão da CEDAE, abrangendo as Área: Região Metropolitana, Zona Oeste, Baixada Fluminense, Costa Verde, Zona Leste e Interior do Estado, visando fundamentalmente à aquisição de novas tecnologias, adequação e modernização dos procedimentos, a redução das perdas e a elevação do faturamento e aumentos dos índices arrecadação, conforme projeto proposto pela CEDAE.

2 – Os lotes serão compostos por:

LOTE 1 - ÁREA: A (REGIÃO METROPOLITANA);

**LOTE 2- ÁREAS: B (ZONA OESTE / COSTA VERDE) e
C (BAIXADA FLUMINENSE); e**

LOTE 3- ÁREAS: D (ZONA LESTE e INTERIOR DO ESTADO).

3 - A Contratada deverá desenvolver ações integradas que no seu conjunto resultem na otimização do sistema de medição, faturamento e arrecadação da CEDAE, visando incrementar os índices de faturamento e aumentar a arrecadação da Companhia, contemplando ainda a otimização dos recursos materiais e humanos utilizados, bem como a melhoria da imagem junto aos seus clientes.

O conjunto de ações a serem desenvolvidas é relacionado abaixo:

- Leitura Informatizada com entrega de conta simultânea;
 - Roteirização;
 - Atualização cadastral de consumidores;
 - Caça Fraude;
 - Substituição de Hidrômetros;
 - Instalação de Hidrômetros em Substituição a L.C.s;
 - Corte parcial e restabelecimento do fornecimento de água;
 - Desenvolvimento e manutenção do sistema de gerenciamento de serviços.
- 4 - Os serviços deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, otimizando os prazos de execução, promovendo agilidade e principalmente a qualidade dos serviços prestados, observando rigorosamente os critérios técnicos estabelecidos.
- 5 - A presente contratação tem como meta principal modernizar, otimizar, aperfeiçoar e manter o sistema de medição faturamento e arrecadação da CEDAE procurando com isso obter maior eficiência da Companhia e, ao mesmo tempo, melhoria no relacionamento cliente-empresa.
- 6 - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.
- 7 - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação técnica.

III – ABRANGENCIA

Os trabalhos a serem desenvolvidos pela contratada terão como área de abrangência o município do Rio de Janeiro, os municípios da Baixada Fluminense, e o Interior do Estado, devendo ser observadas as atuais divisões regionais, distritais existentes, principalmente as municipais, para efeito de planejamento, execução, medição dos resultados, apresentação de relatórios de acompanhamento e demais atividades previstas.

Os trabalhos a serem desenvolvidos e definidos neste Termo de Referência contemplam toda a área de concessão da Companhia, caracterizadas em 4 (quatro) áreas distintas, obedecidas às divisões regionais operacionais da CEDAE, assim definidos;

LOTE 1 – ÁREA A: REGIÃO METROPOLITANA

- Zona Sul - (**GRLS** – Gerência Regional Litorânea Sul);

- Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes – (**GRLO** - Gerência Litorânea Oeste)
- Centro, Tijuca e Méier (**GCEN** – Gerência Regional Centro); e
- Ilha do Governador e Penha (**GRN** – Gerência Regional Norte).

LOTE 2 – ÁREAS - B: ZONA OESTE E COSTA VERDE E C: BAIXADA FLUMINENSE

AREA B - Zona Oeste e Costa Verde

- Cascadura, Deodoro (pte), (**GRN** – Gerência Regional Norte);
- Municípios de: Itaguaí, Seropédica e Mangaratiba (**GRO** – Gerência Regional Oeste);
- Angra dos Reis (**GMP** – Gerência Regional Médio Paraíba).

AREA C - Baixada Fluminense

- Jardim Primavera e os Municípios de: Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Paracambi, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita e Japeri (**GRB** – Gerência Regional da Baixada Fluminense).

LOTE 3 – ÁREA D: ZONA LESTE E INTERIOR DO ESTADO

- Alcântara, Itaboraí, Magé, Ilha de Paquetá, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacú, Maricá, Rio Bonito e Tanguá (**GLE** – Gerência Leste);
- Piraí, Pinheiral, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Rio Claro, Paraíba do Sul, Vassouras, Paulo de Frontin, Valença e Barra do Piraí - (**GMP** - Gerência Médio Paraíba).
- Teresópolis, Bom Jardim, Cantagalo, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro - (**GSE** - Gerência Serrana);
- Carapebus, Rio das Ostras, Barra de São João (Casimiro de Abreu), Santa Maria Madalena, Quissamã, Trajano de Moraes - (**GLN** - Gerência Litorânea Norte);
- Cardoso Moreira, Italva, São Fidelis, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana – (**GNT** - Gerência Norte);

Cambuci, São Jose do Ubá, Miracema, Bom Jesus do Itabapoana, Itaocara, Itaperuna, Natividade, Varre-Sai, Porciúncula, Aperibé, Laje do Muriaé – (GNO - Gerencia Noroeste).

V – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Descrevemos abaixo os serviços a serem desenvolvidos pela contratada, que deverão ser executados sob fiscalização da CEDAE, devendo a Contratada efetuar trabalhos de auditoria de seus serviços, através de equipe própria e específica de fiscalização, que irá verificar e atestar a qualidade dos serviços executados pela Contratada.

1 – Leitura de hidrômetros e entrega de contas

1.1 - SERVIÇOS

O serviço a ser prestado será de leitura de hidrômetros, através de microcoletores de dados, com críticas de consistências e registro das leituras e de todas as ocorrências impeditivas de leitura, bem como a emissão e entrega imediata de contas e, de todos os dados complementares necessários à análise e monitoramento desta.

Também serão disponibilizadas, através dos microcoletores de dados, as contas de imóveis ainda não hidrometrados, dentro dos roteiros de leituras, para serem entregues aos clientes, que serão transferidos automaticamente para a leitura e entrega simultânea, à medida que forem sendo micromedidos.

Na execução dos serviços será disponibilizado o Sistema necessário ao gerenciamento de todo o processo de leitura tanto por parte das contratadas como da CEDAE.

1.2 - Informações Gerais:

- Os equipamentos de leitura (coletores) e as respectivas impressoras a serem empregados na realização dos serviços são de propriedade das Contratadas e serão mantidos em perfeito funcionamento durante toda vigência do contrato, pelas contratadas, sem qualquer custo adicional a CEDAE.
- Será utilizado software de leitura e emissão simultânea, customizado e desenvolvido pela CEDAE.
- Deverão também ser fornecidos pelas Contratadas, os Manuais de Operação, Catálogos Técnicos, bem como qualquer documentação complementar disponível para cada modelo de microcoletor e impressora.
- As Contratadas deverão providenciar, na(s) Região (ões) onde o serviço foi contratado, escritórios regionais para administração dos serviços objeto do

contrato. As áreas dos citados escritórios deverão atender às necessidades do pessoal interno e externo da Contratada

- Dentro do seu Escritório a Contratada deverá instalar o CENTRO DE INFORMÁTICA (CI), composto de recursos humanos, equipamentos de escritório e de informática, mobiliário e suprimentos para as atividades necessárias a perfeita operacionalização das rotinas que compõem o sistema informatizado de apoio, incluindo linha privativa dedicada – LPCD, com velocidade, mínima, de 128 Kbps e “backup dial” para transferência de dados entre os Escritórios Regionais e o CPD da CEDAE.
- Correrá por conta e ônus das contratadas as instalações físicas do Escritório Regional, incluindo o fornecimento e instalação de todos os equipamentos, móveis e utensílios de escritório necessários;
- A operação do Escritório Regional da Contratada e a Supervisão e o acompanhamento dos serviços será feito sob o comando de profissional de nível superior. Contará ainda, obrigatoriamente, de um Encarregado Geral e de estrutura para fiscalização própria dos serviços que estão sendo executados por seus funcionários no campo.
- Todos os tópicos acima relacionados deverão ficar de acordo com as determinações da CEDAE.

1.3 – LEITURA INFORMATIZADA COM ENTREGA DA CONTA SIMULTANEA

A Contratada se obriga, através de microcoletores de dados portáteis, a executar as leituras dos medidores, registrar as ocorrências de leitura e não leitura, sinalizar quanto a suspeita de fraude, registrar possíveis inconsistências cadastrais e a emissão de contas conforme especificações técnicas e conforme os quantitativos especificados pela CEDAE, sendo que a carga e descarga dos dados ocorrerão nos equipamentos instalados no centro de informática da contratada.

A CEDAE, através de seu Sistema de Gestão de Leitura, disponibilizará os dados referentes às leituras de hidrômetros e os imóveis não hidrometrados (LC), pelo centro de informática, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da execução das leituras de hidrômetros, conforme as datas e horários a serem definidos, através de cronogramas, emitidos pela Gerência Comercial da CEDAE.

Os microcoletores contendo os dados de leituras, as ocorrências do dia e emissão de contas deverão ser descarregados no centro de informática e transmitidos para o CPD da CEDAE, no máximo em 12 (doze) horas após a data das leituras ou, em casos excepcionais, conforme prazos e horários estabelecidos pela CEDAE.

A Contratada deverá manter em seu poder a cópia das leituras e da emissão das contas enviadas para o computador central da CEDAE, por um prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas.

A Contratada deverá realizar e implementar medidas de prevenção de fraudes, vícios e erros na leitura como, mas não limitado a, rodízio de pessoal nos diversos roteiros de leituras. Deverá auditar situações anômalas e apresentar todos os relatórios a fiscalização. Deverá ainda auditar os resultados por roteiro comparando o comportamento médio de ocorrências de leitura do roteiro com a performance do leiturista e apontar inconsistências e propostas de melhoria, atuando em causas primárias e mantendo os indicadores de ocorrência de leitura sob controle estatístico.

As leituras deverão ser extraídas diretamente dos hidrômetros instalados nos imóveis abastecidos pelas redes da CEDAE, nos locais abrangidos por este contrato. Deverão ser registradas em microcoletor eletrônico de dados portáteis, com a utilização do aplicativo já desenvolvido pela CEDAE, sendo que no ato da leitura serão emitidas as contas e conferidos os seguintes dados:

- a – o nome do logradouro, o número da porta e o complemento;
- b – o número do hidrômetro instalado no local;
- c – o aviso para o leiturista e/ou localização do hidrômetro no imóvel;
- d – a categoria do imóvel;
- e – situação do hidrômetro;
- f – matrícula do imóvel;
- g – nome completo do cliente;
- h – a posição do imóvel no roteiro de leitura.

A confirmação dos dados encontrados bem como os indicadores de informações retificadoras do cadastro e da rota deverá ser igualmente registrada no microcoletor eletrônico de dados. As informações coletadas que divergirem do apresentado pela CEDAE deverão ser agrupadas por áreas de atuação da CEDAE e por assunto através do sistema de gerenciamento do processo de leitura acessado pela fiscalização da CEDAE, utilizando-se do sistema disponibilizado pela própria CEDAE.

Deverão ser tomadas leituras e registrada suas ocorrências em todos os hidrômetros existentes nas rotas a serem percorridas pelos leituristas.

A Contratada deverá viabilizar, através do sistema disponibilizado pela CEDAE, informações sobre os serviços executados e não executados e suas causas.

Na impossibilidade de obtenção das leituras, o leiturista deverá informar o Código de Ocorrência de Leitura correspondente ao motivo que impediu sua execução, bem como, fornecer as informações complementares necessárias a cada tipo de ocorrência.

- A quantidade de Códigos de Ocorrência de Leitura que excederem ao percentual de 5% no primeiro mês com decréscimo de 1% a cada 2 meses, não ultrapassando ao final o limite de 2% ao mês do total do ciclo de leituras, não serão pagos pela CEDAE e incidirá sobre a Contratada as sanções previstas em contrato.
- Os Códigos de Ocorrência de Leitura abaixo listados, não serão considerados no percentual estabelecido.

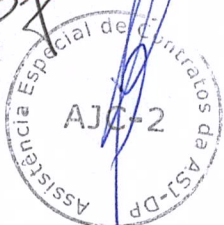
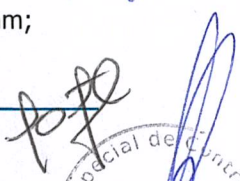
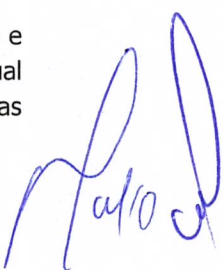
- 06 - Prédio em obras;
- 11 - Hidrômetro fora do ramal;
- 12 - Hidrômetro invertido;
- 13 - Número do hidrômetro não confere;
- 17 - Abastecimento cortado;
- 18 - Hidrômetros com selo amarelo (especial);
- 20 - Ramal levantado;
- 23 - Hidrômetro danificado;
- 24 - Desmembramento;
- 26 - Hidrômetro orvalhado;
- 28 - Fora de Roteiro.
- 34 - Imóvel desocupado;
- 35 - Irregularidade nos selos.

Serão considerados "Erros de Leitura" ou "erros nas Informações sobre Hidrômetros" aqueles apurados pela fiscalização da CEDAE, após repasse pela Contratada, somados ao número de reclamações apresentadas e confirmadas nas agências de atendimento da CEDAE.

Através da impressora acoplada ao microcoletor, após a execução da leitura dos imóveis e tendo processado o cálculo do faturamento, será realizada a impressão da conta, a qual será em seguida entregue ao usuário; da mesma forma, também serão emitidas as contas dos imóveis com (LC) Limitador de Consumo dentro da mesma rota.

As contas terão as seguintes características:

- Dimensões da fatura: comprimento = 320 mm e largura = 104,00 +/- 0,5mm;



Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP
AJC-2

- Código de barras no padrão FEBRABAN e rejeição não superior a 1% (um por cento);
- Impressão de todos os itens obrigatórios descritos abaixo;
- Impressão em papel monolúcido ou similar de gramatura 75 a 80 gr/m2, conforme definido e requerido pela impressora.

As contratadas deverão apresentar estudos de viabilidade técnica para possível fechamento das contas no ato da leitura e entrega simultânea, caso tenhamos que cumprir determinação da Justiça ou dos Órgãos de Defesa do Consumidor.

As ocorrências impeditivas e os procedimentos comerciais poderão gerar a emissão de cartas para os consumidores. As cartas também serão emitidas pela mesma impressora térmica e de forma automática, conforme regras definidas no aplicativo que será disponibilizado para a Contratada.

A empresa CONTRATADA deverá utilizar o formulário de contas pré-definido pela CEDAE. Neste formulário estão todas as informações necessárias e obrigatórias para a correta emissão das contas de água e esgotos da CEDAE.

Itens obrigatórios constantes na fatura são;

- Número da matrícula, (inscrição do cliente da CEDAE);
- Quantidade de economias: residencial, comercial, pública e industrial;
- Mês / ano de referência da fatura;
- Nome completo do cliente;
- Banco / Agência (se débito automático);
- Endereço completo, incluindo o endereço de entrega da conta;
- Número do hidrômetro;
- Data da emissão;
- Data da leitura atual e anterior;
- Data da previsão da próxima leitura;
- Leitura anterior e atual:
- Consumo medido (m3);
- Consumo médio (m3);
- Consumo faturado (m3);
- Dias de consumo
- Histórico de consumo (últimos 12 (doze) meses);
- Descrição, valores dos serviços e referência da parcela;
- Data de vencimento;

- Valor da fatura;
- Mensagem parametrizável;
- Código de barras (padrão FEBRABAN);
- Relatório da qualidade de água por sistema de abastecimento.

Aplicação: Microcoletor de dados portátil deverá ter seu software configurado para atender as aplicações seguintes;

- Coleta de dados dos hidrômetros;
- Cálculo e emissão de fatura;
- Reemissão de fatura em caso de má qualidade de impressão;
- Crítica de leitura e consumo;
- Permitir a consulta por matrícula, nome do cliente, número do hidrômetro ou endereço.
- Eventuais cartas e comunicações aos clientes.

A CEDAE poderá apurar os erros de leitura ou de emissão a qualquer tempo após a entrega pela Contratada e incidirá sobre a Contratada as sanções previstas no contrato.

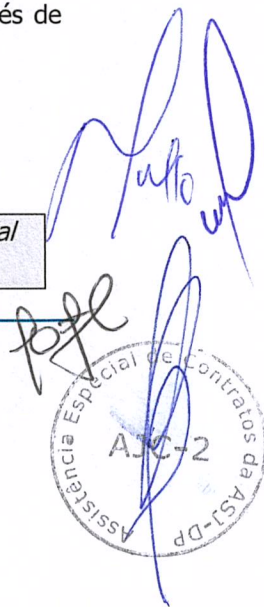
Em casos excepcionais e a critério da CEDAE, dado a impossibilidade da transmissão dos dados de leitura e emissão para o Computador Central da CEDAE, a Contratada deverá estar preparada para a geração de "Compact Disk - CD" não regravável com os dados de leitura e emissão levando-os ao CPD da CEDAE, dentro dos prazos estabelecidos pela CEDAE. O transporte, a partir desses "CDs", deverá ser executado por funcionário da Contratada devidamente habilitado e credenciado.

Até a viabilização do circuito de comunicação, dos testes operacionais e aprovação por parte da CEDAE, a Contratada deverá providenciar a geração de "Compact Disk - CD" não regravável com os dados de leitura e retirá-los e/ou encaminhá-los ao CPD da CEDAE.

- Os "CDs" que serão utilizados no processo de troca de informações serão fornecidos pela CONTRATADA e, por esta, substituídos quando necessário.
- A Contratada deverá retirar e devolver os "CDs", referentes às Leituras de Hidrômetros e outras informações, no CPD da CEDAE em até 24 (vinte e quatro) horas antes e após a execução dos serviços, conforme as datas e horários a serem definidos, através de cronogramas, emitidos pela Gerência Comercial da CEDAE.

1.3 - FLUXO DE PROCEDIMENTOS

CPD da CEDAE	CONTRATADA	Unidade Comercial da CEDAE
--------------	------------	----------------------------



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp from the Assessoria Especial de Contratos da ASJ-DP, ASJ-C-2.

<i>Gera arquivos</i>	<i>Recebe arquivos</i>	<i>Recebe dados</i>
<i>Recebe arquivos</i>	<i>Carrega Microcoletor</i>	<i>Gerencia todo o processo</i>
<i>Fornecer as informações sobre consistências a serem feitas</i>	<i>Registra dados para monitoramento do processo</i>	<i>Analisa dados e processa os acertos necessários</i>
	<i>Coleta dados, calcula o consumo e emite o faturamento (Conta)</i>	<i>Fornecer as informações sobre consistências a serem feitas</i>
	<i>Registra dados para monitoramento do processo</i>	
	<i>Envia dados da leitura, das ocorrências de leitura e da emissão de conta ao CPD da CEDAE</i>	
	<i>Envia dados para gerenciamento do processo para as Unidades Comerciais da CEDAE</i>	

1.4 - INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Os microcoletores e as impressoras de propriedade e responsabilidade de manutenção da Contratada obedecerão aos critérios atuais técnicos da CEDAE.

2 – Roteirização

Dentro da área de abrangência específica, deverá à contratada, atualizar as rotas de leitura e entrega de contas, sujeitos a aprovação da CEDAE.

As rotas consistem em definir o melhor trajeto a ser seguido pelos leituristas na execução de seus serviços em campo, Cada rota deve corresponder à produtividade dos serviços durante um dia de trabalho, devendo-se levar em conta as características de cada região geográfica.

Dentro do setor definido, deverá, através do sistema informatizado disponibilizado pela CEDAE, serem apontados para a CEDAE, bairro e nomes dos logradouros oficiais, numeração oficial do imóvel, unidade geográfica do imóvel de acordo com sistema SASB, que deverão ser alterados e corrigidos no cadastro comercial.

A CEDAE disponibilizará os dados através de sistema próprio e todo o trabalho de campo será executado pelos próprios leituristas através dos microcoletores; os dados comerciais

serão analisados e alterados no cadastro por equipe específica para esta atividade que será treinada, disponibilizada e supervisionada pela CEDAE.

3 – Atualização Cadastral de Consumidores

Consiste em identificar as inconsistências entre o cadastro da CEDAE e a condição atual do imóvel através da coleta de dados pelo microcoletor, em busca de um cadastro confiável, aumento da arrecadação, e uma cobrança mais justa com a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

O trabalho consiste em apurar no local, através de vistoria qualificada, irregularidades apontadas através da coleta de leitura ou da entrega de contas, análise comercial e técnica dessas irregularidades através dos sistemas informatizados da CEDAE e as providências para os acertos.

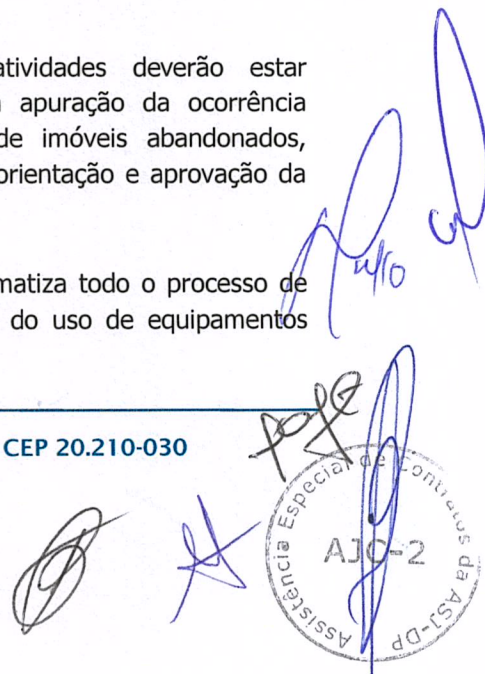
Deverão ser disponibilizadas equipes de vistoria e de análise técnica para treinamento das normas e procedimentos comerciais da CEDAE, que estarão sujeitas à supervisão da CEDAE.

As vistorias de atualização cadastral serão executadas através do item "Vistoria Comercial" da planilha e deverão ser executadas de acordo com os formulários e sistemas próprios da CEDAE. Todas as informações geradas nas pesquisas serão repassadas a área responsável pela implantação, atualização, correção cadastral que deverá ser montada pela Contratada para trabalhar sob a supervisão da CEDAE.

Caberá a Contratada planejar e controlar a roteirização das fichas de inspeção dos imóveis selecionados, bem como supervisionar o pessoal de campo.

Todas as atividades deverão estar previstas para acerto do cadastro e da cobrança, desde a apuração da ocorrência informativa até o levantamento do ramal para os casos de imóveis abandonados, demolidos ou que não tenham mais cobrança de acordo com orientação e aprovação da CEDAE.

A metodologia deverá ser totalmente informatizada, pois automatiza todo o processo de atualizações cadastrais de consumidores podendo ser através do uso de equipamentos portáteis de coleta de dados.



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp that reads "Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP" and "AJC-2".

Relatórios de implantação, acompanhamento das atividades de campo e de análises comerciais deverão ser emitidas obrigatoriamente através do sistema disponibilizado pela CEDAE além de controles que se façam necessários da Contratada. Caberá a Contratada entregar folhetos e cartas explicativas aos clientes, sempre que forem necessárias para comunicação de alteração de cadastro a ser implantada de acordo com orientação da CEDAE.

4 – Caça Fraudes

Constitui o escopo dos serviços a identificação e a eliminação dos desvios de consumo feitos através de ligações clandestinas de irregularidades na apuração do consumo ou na obtenção da leitura.

Os serviços a serem prestados pela Contratada deverão constar de ações operativas e administrativas, e que estarão sempre sujeitas a supervisão da CEDAE.

Neste grupo de atividades estão englobados todos os tipos de vistorias, pesquisas de fraudes nos sistemas de distribuição de água e de coleta de esgotos nos ramais prediais de água e de coleta de esgotos.

Caberá a Contratada incluir suporte administrativo, gerencial e técnico operacional, através do fornecimento de mão-de-obra especializada e treinada a operar os sistemas informatizados da CEDAE, para emitir relatórios, vitórias e análises.

4.1 - Informações

complementares:

- As vistorias de atualização cadastral deverão ser executadas de acordo com os formulários e sistemas próprios da CEDAE. Todas as informações geradas nas pesquisas serão repassadas a área responsável pela implantação, atualização e correção cadastral.
- Deverão constar em vistoria todas as informações necessárias para a apuração do desvio do consumo ou da fraude de acordo com orientação da CEDAE

Serão executados pela CEDAE e com suporte da Contratada através de equipe disponibilizada, pesquisas e estudos do cadastro comercial objetivando a identificação dos imóveis com possíveis irregularidades através da análise de consumo e controle das leituras em hidrômetros substituídos com suspeitas de irregularidades.

Caberá a Contratada a entrega de notificações aos clientes, principalmente, em razão dos impedimentos de leitura do

hidrômetro cadastrado no Sistema SASB, ou por qualquer infração ao Decreto 553/76 que seja solicitado pela CEDAE.

Quando determinado pela CEDAE, a Contratada deverá providenciar a lavratura do "Auto de Infração" nos imóveis indicados, através de pessoal qualificado, preservando o local de modo a impedir a descaracterização da mesma, pelo cliente ou por terceiros, até a conclusão da perícia técnica pelo órgão competente. Para estes casos, a Contratada será investida de poderes para a lavratura de autos de infração e representar a CEDAE junto às entidades Públicas e Privadas na defesa de seus interesses comerciais.

A Contratada deverá executar serviços de pesquisas de irregularidades nos hidrômetros, ligações clandestinas, derivações do ramal ou do cavalete, bem como, efetuar sondagens para caracterização da irregularidade de abastecimento e apoio operacional nas irregularidades comprovadas em vistoria. Também estão incluídas nas pesquisas, estudos acerca da redução das perdas físicas de água, ações que inibam as irregularidades provocadas por fraudes.

Pesquisas no sistema coletor de esgotos deverão ser executadas por técnicos devidamente imunizados (vacinas), equipados e habilitados pela Contratada que efetuarão os testes com corantes, verificando as condições do efluente e a sua destinação final. Os técnicos e laboratórios da CEDAE estarão sempre disponíveis para colaboração nas pesquisas e elucidação das dúvidas e correções dos lançamentos cadastrais.

5 – Micromedição.

De acordo com as diretrizes da Nova CEDAE, fica evidente a necessidade de ações que incrementem a micromedição, através de tecnologia de ponta, ampliando e atualizando o parque de medidores de CEDAE, bem como, aperfeiçoando a metodologia de apuração dos volumes distribuídos, principalmente aos grandes clientes.

As ações deverão ser executadas de forma a garantir os melhores resultados, otimizando o uso do tempo, implementando agilidade e principalmente qualidade, observada a compatibilidade de sua execução com os parâmetros técnicos estabelecidos pela Companhia.

Para melhor aproveitamento dos recursos financeiros e atualização do parque de hidrômetros instalados, serão avaliados os principais pontos de perdas através de sistema existente na CEDAE, avaliando as maiores discrepâncias de consumos, sendo sempre que necessário, analisar o redimensionamento dos medidores existentes. Caberá a Contratada

auxiliar nas vistorias, pesquisas e pessoal qualificado para dar suporte ao Departamento de Micromedição.

Todas as ações deverão estar dimensionadas para que esses serviços não sofram solução de continuidade.

A Contratada deverá realizar planejamento e programação com 7 (sete) dias de antecedência das trocas e/ou adequações dos medidores e cavaletes, verificando a necessidade de intervenção das equipes da CEDAE para manobras de rede, que devem ser programadas com antecedência de 72 horas. Assim como, deverá efetuar contatos e/ou *enviar comunicação aos clientes*, de acordo com orientação da CEDAE. Os serviços de instalação, dimensionamento e substituição de medidores, serão baseados em parâmetros de seleção definido e ajustado pela CEDAE, deverão atender as Normas e Procedimentos Comerciais da CEDAE e atingir as metas físicas definidas pela Companhia.

Durante a execução dos serviços, a Contratada terá a responsabilidade de garantir a perfeita transmissão de todas as informações para a CEDAE, inclusive, as de revisões cadastrais, no prazo máximo de 48 horas após a troca do hidrômetro, através de sistema próprio da CEDAE.

Compete a Contratada a realização de acompanhamento das substituições e dimensionamento de medidores e/ou correções de vazamentos em cavalete, utilizando metodologia adequada e padrão técnico vigente na CEDAE, incluindo elaboração de relatórios sobre os resultados obtidos.

A Contratada deverá realizar acompanhamento do desempenho técnico e outros comportamentos dos medidores que forem instalados, especialmente, aqueles substituídos e/ou redimensionados, para aferir a eficiência da metodologia aplicada, e tomar as eventuais medidas corretivas em tempo hábil. A CEDAE deverá realizar auditorias, para efeito de controle desse acompanhamento.

Deverá ser montada uma estrutura permanente de monitoramento e controle de Grandes Consumidores, a qual cuidará para que os medidores de consumo dos mesmos se mantenham corretamente dimensionados e em perfeito funcionamento. Esse monitoramento consistirá basicamente de acompanhamento constante e de minuciosas análises de consumos para detecção de possíveis falhas de medição ou de eventuais fraudes, ocasião em que serão acionadas as equipes de campo da Contratada que efetuarão inspeções *in loco* e pesquisas com equipamentos adequados de detecção de vazamentos e de fraudes.

Nos casos em que a Contratada verificar a existência de irregularidades nos hidrômetros, ligações clandestinas ou derivações no cavalete (by-pass), ou, quando, simplesmente

suspeitar de possíveis irregularidades nas condições normais de uso do hidrômetro, a mesma deverá comunicar o fato a CEDAE – Departamento de Micromedição, que acionará a área competente para tratar de assuntos dessa natureza. Toda e qualquer irregularidade deverá ser apontada através do sistema informatizado disponibilizado pela CEDAE de forma que todas as unidades da Comercial tenham acesso à informação.

É competência exclusiva da CEDAE a validação dos dados informados para posterior registro/atualização diretamente no cadastro do sistema comercial da Companhia.

A contratada deverá submeter previamente a CEDAE, para aprovação, todo e qualquer modelo de correspondência a serem enviados aos Clientes.

Todos os hidrômetros, filtros, selos e lacres, serão fornecidos pela CEDAE, de acordo com a programação de serviços no Departamento de Micromedição.

5.1 – Serviços a serem desenvolvidos/realizados pela Contratada.

5.1.1 – Substituição de Hidrômetros

Com relação aos hidrômetros já instalados, será de competência da Contratada a execução dos serviços de substituição de hidrômetros, que serão previamente selecionados pela CEDAE, e consistirá basicamente de medidores parados e com prazo de funcionamento vencido, de acordo com as Normas e Procedimentos Comerciais, seguindo os critérios e programações estabelecidas pela CEDAE.

Os hidrômetros parados e aqueles que apresentarem discrepâncias de consumo nas medições mensais totalizadas deverão ser substituídos pela Contratada, sob orientação da CEDAE, de acordo com cronograma estipulado pela CEDAE, cabendo a Contratada estabelecer o melhor roteiro.

Caberá a CEDAE analisar e disponibilizar os medidores a serem substituídos de acordo com as perdas apuradas, a vida útil do seu parque, os medidores parados, bem como aqueles que por força judicial ou pedidos de aferição sejam priorizados para troca. Os dados serão transmitidos via sistema existente e as informações da instalação da mesma forma serão repassadas.

A priorização dos medidores a serem trocados é de responsabilidade da CEDAE, podendo a Contratada apresentar sugestão para substituição, uma vez que os

leituristas exercem também o poder de fiscalização mensal nos imóveis e têm a incumbência de informar as impossibilidades da leitura e da situação dos hidrômetros.

A Contratada deverá realizar estudo e análise dos consumidores que compõem o escopo deste Termo de Referência, através dos bancos de dados a serem disponibilizados pela CEDAE referente ao rol comum e ao rol especial que se diferem basicamente em função do diâmetro dos aparelhos e o porte do consumidor, abrangendo um período recente de 12 (doze) meses consecutivos de consumo.

Essa atividade deverá ser realizada, após estudo de priorização dos medidores que deverão ser trocados, sob a supervisão da CEDAE.

Compete a Contratada a efetivação das substituições e/ou dimensionamento de medidores e/ou correções de vazamentos em cavalete, com fornecimento de materiais pela Contratada, utilizando procedimentos técnicos adequados, atendendo rigorosamente ao programado em conformidade com os itens anteriores.

Os materiais fornecidos pela Contratada deverão ser inspecionados e aprovados pelos técnicos da CEDAE.

“Os hidrômetros deverão ser selados nas duas virolas, com selos tipo algema numerados, para os diâmetros até $\frac{3}{4}$ ”. Nos demais diâmetros, os selos utilizados serão os do tipo âncora.

Os medidores de grande porte, ou seja, acima de 2”, principalmente, os que têm filtros externos acoplados, deverão ser preservados em sua composição de campo, para serem aferidos no Laboratório de Medidores da Companhia, possibilitando a realização de estudos de comportamento dos medidores em relação as rede de distribuição.

Todos os medidores retirados da rede, assim como os materiais que compõem o cavalete (tubetes, virolas, registros e conexões) deverão ser devolvidos a CEDAE, sendo entregues no Laboratório de Medidores do Departamento de Micromedição da CEDAE.

Os hidrômetros deverão ser acondicionados, por diâmetro, em caixas, para preservar as condições em que estavam instalados para fins de aferição e deverão ser relacionados em 3 (três) vias, sendo 1 (uma) via para colar na própria caixa, as

2 (duas) outras vias para dar entrada no Departamento de Micromedição da CEDAE.

Os demais materiais deverão ser separados, acondicionados por material, por diâmetro, e relacionados em 3 (três) vias, sendo 1 (uma) via para colar na própria caixa, as 2 (duas) outras vias para dar entrada no Departamento de Micromedição da CEDAE.

5.1.2 - Instalação de Hidrômetros

A Contratada deverá tomar conhecimento e efetuar o gerenciamento das ligações de consumo estimado para instalação de hidrômetros, observando as áreas prioritárias e as metas definidas pela CEDAE a serem alcançadas.

Compete a Contratada a efetivação das instalações e/ou dimensionamento de medidores em função dos diâmetros das ligações prediais, correções de vazamentos em cavalete, com fornecimento de materiais pela Contratada, utilizando procedimentos técnicos adequados e com a imediata atualização cadastral.

Os materiais fornecidos pela Contratada deverão ser inspecionados e aprovados pelos técnicos da CEDAE.

Os materiais retirados da rede deverão ser entregues no Laboratório de Medidores do Departamento de Micromedição da CEDAE.

Os materiais deverão ser separados, acondicionados por material, por diâmetro, e relacionados em 3 (três) vias, sendo 1 (uma) via para colar na própria caixa, as 2 (duas) outras vias para dar entrada no Departamento de Micromedição da CEDAE.

5.2 – Fornecimento de Materiais.

O fornecimento dos materiais necessários para a execução do objeto deste termo será de responsabilidade da Contratada.

Os materiais a serem fornecidos e aplicados pela Contratada deverão atender as especificações técnicas específicas de cada tipo, devendo previamente se buscar junto a CEDAE a pré-qualificação de fabricantes e produtos a serem utilizados.

Todos os materiais fornecidos, quanto a sua qualidade, deverão ter garantia de no mínimo 2 (dois) anos de funcionamento após a sua instalação, sendo que neste período, a contratada se responsabilizará pela substituição por um novo, sem nenhum ônus para a CEDAE.

6 – Corte no cavalete, corte parcial do ramal e restabelecimento do fornecimento de água.

A CEDAE utiliza critérios e procedimentos de cobrança que visam reduzir os índices de inadimplência de acordo com as normas e decretos que regem as atividades comerciais da CEDAE.

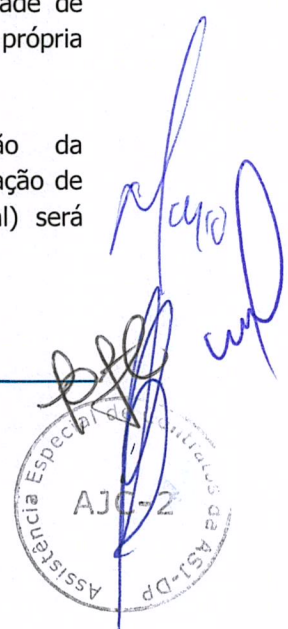
Em princípio, qualquer imóvel estará sujeito às ações administrativas de cobrança quando for constatada a situação de inadimplência. Nos casos de imóveis da categoria de Órgãos Públicos, a Contratada somente atuará com autorização expressa e por escrito da CEDAE.

A Contratada será responsável pelos serviços de corte a serem efetuados nas ligações inadimplentes bem como pelas respectivas religações. Esses serviços deverão ser executados rigorosamente dentro dos critérios, normas e da legislação em vigor, observando e cumprindo a Lei nº. 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que obriga o aguardo de prazo de 30 dias após a notificação de débitos ao cliente, para proceder ao corte de fornecimento de água, em se permanecendo o referido débito, assumindo a Contratada todas as implicações pelo não cumprimento.

A emissão das "Ordens de Serviços" de corte será de responsabilidade da Contratada, que deverá roteirizar e programar a atuação de corte, conforme critérios pré-estabelecidos pela CEDAE e sistema disponibilizado pela CEDAE.

Nas localidades onde não houver entrega domiciliar de contas (correspondências) pelos Correios, a responsabilidade de entrega dos avisos de débitos será da contratada, caso não sejam impressos na própria conta.

A modalidade de execução da suspensão de fornecimento de água (corte por selo no registro de gaveta, colocação de pastilha, instalação de obstrutor de consumo ou levantamento total do ramal) será definida pela Contratada, seguindo critérios pré-estabelecidos pela CEDAE.



AJC-2
Assistência Especializada em Saúde da Família

No ato da suspensão de fornecimento de água, a Contratada entregará ao cliente comunicado, aprovado pela CEDAE, informando-o do corte e como proceder para quitar seus débitos e ter o restabelecimento do fluxo normal do abastecimento. Qualquer irregularidade na ligação, nos selos, ou nos hidrômetros deverá ser apontada pelo responsável pelo corte, através do sistema informatizado da CEDAE.

Os serviços de interrupção do fornecimento de água deverão ser periodicamente e em curtos intervalos inspecionados, verificando-se as condições do ramal predial e a forma alternativa de abastecimento, até concluída a ação de cobrança. Quando houver a constatação de passagem de água após o fechamento de um registro de gaveta, este deverá ser trocado por um novo registro de mesmo diâmetro sem haver qualquer alteração nas características do cavalete.

A CEDAE através de sua Assessoria de Segurança e Assessoria Jurídica dará apoio necessário para as Ocorrências Policiais que por ventura venham a acontecer.

7- Desenvolvimento e manutenção do sistema gerencial Metrus

Este serviço consiste em preparar, desenvolver e manter o atual sistema Metrus e sua migração para sistema em arquitetura WEB em 3 camadas, e ainda promover operação assistida, com desenvolvimento, manutenção e implementações técnicas evolutivas – sistema Metrus, nos seguintes módulos: leitura informatizada e com emissão simultânea, roteirização, corte e religação, instalação e substituição de hidrômetros, manutenção cadastral, caça-fraudes e re-dimensionamento de hidrômetros.

A Manutenção do sistema METRUS compreende:

- Ajustes de aplicativos atuais do sistema METRUS, em Oracle forms e reports, PL/SQL da Oracle;
- Criação de novos aplicativos do sistema METRUS, em Oracle forms e reports, PL/SQL da Oracle, enquanto não for concluída a migração para versão WEB, e que houver necessidade de criação por demandas comerciais;
- Suporte a todas as operações diárias que envolvam o sistema METRUS, tais como: carga de arquivos, devolução de arquivos, integração das bases de dados dos sistemas CEDAE, contingência de procedimentos e etc;
- Atualizações dos manuais técnicos de desenvolvimento e de usuários do sistema METRUS;
- Suporte a operação dos servidores do sistema METRUS, até que a CEDAE, a seu critério, possa com equipe própria assumir a operação das rotinas diárias, tais como: backup, análise das tabelas, cópia em fitas e etc;

- Suporte a operação dos servidores em baixa plataforma considerando os seguintes produtos: Sistema Operacional Windows 2007 Server, Banco de Dados Oracle 9i e software de backup ArcServer BrightStor;
- Atualização dos diversos aplicativos do sistema METRUS instalados em cada estação de trabalho, no ambiente Cliente/Servidor, quando houver atualização dos programas; Cumprir as regras de segurança descritas no item.

Desenvolvimento e migração:

O projeto de migração deverá compreender:

- a) Migração do Sistema Operacional dos servidores da plataforma Windows 2007 Server para a plataforma Linux Red Hat Enterprise ES v4;
- b) Migração de todos os objetos e componentes de programas;
- c) Produção e atualização de toda a documentação técnica, do sistema METRUS, incluindo os manuais técnicos de desenvolvimento do sistema e os manuais de usuários, conforme item 4.5.1.5;
- d) Treinamento do pessoal técnico da CEDAE nas ferramentas de migração e manutenção dos programas fontes migrados. Este treinamento deverá compreender 3 (três) técnicos desenvolvedores;
- e) Migração dos aplicativos com realização de testes que garanta a total portabilidade e funcionalidade da aplicação migrada;
- f) Treinamento dos usuários na aplicação migrada. Este treinamento deverá compreender até o limite máximo de 100 (cem) usuários do sistema;
- g) Suporte na aplicação, a partir do aceite e implantação da mesma, até o término do período contratual, denominada doravante como operação assistida;
- h) A migração e a implantação, NÃO PODERÃO em hipótese alguma, tornar inoperante o ambiente de produção do sistema METRUS, devendo ocorrer a troca de versões arquiteturais de forma transparente ao usuário final.

Nota: Todo serviço de manutenção e implantação deverá ser executado nas dependências da CEDAE.

VI – PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados em 180 dias ou até que se ultime o processo licitatório para a contratação do mesmo objeto, contados a partir do dia seguinte a data estabelecida na Ordem de Início para execução dos serviços, que será emitida pela CEDAE.

O início das diversas atividades a serem realizadas será determinada de acordo com o cronograma físico integrante deste Termo de Referência.

VII – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1 FORNECIMENTO DE MATERIAIS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Todo o fornecimento de materiais, transportes, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência serão de responsabilidade da(s) firma(s) que vir (em) a ser contratada(s).

Os materiais a serem fornecidos e aplicados pela Contratada deverão atender às especificações técnicas específicas de cada tipo, devendo previamente se buscar junto a CEDAE a pré-qualificação de fabricantes e produtos a serem utilizados.

A CEDAE, á seu critério, realizará ensaios de amostras dos materiais de instalação que serão aplicados, para confirmar as suas características técnicas e qualidade.

Todos os matérias fornecidos deverão ter garantia de no mínimo 2 anos de funcionamento após a sua instalação sendo que neste período a contratada se responsabilizará por sua substituição por um novo sem nenhum ônus para a CEDAE.

Todos os veículos utilizados na execução de serviços inerentes ao contrato deverão ser identificados com o nome da empresa/consórcio e ainda "A SERVIÇO DA CEDAE"; deverão estar em perfeito estado de conservação, não superior a 4 (quatro) anos de uso e perfeitamente em dia com suas obrigações junto ao DETRAN, inclusive vistoriado.

2 SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E TREINAMENTO DE EMPREGADOS.

Considerando que os empregados da Contratada serão prepostos diretos da CEDAE perante seus clientes, os mesmos deverão agir com educação, zelo e profissionalismo.

Para tanto a Contratada deverá realizar criterioso processo de seleção e treinamento, de modo a assegurar todas as condições à prestação de serviços com qualidade.

2.1 A seleção da mão de obra alocada no contrato, independentemente das atividades que serão desempenhadas, deverá obedecer ao seguinte critério:

2.1.1 Qualificação mínima exigida para a mão de obra operacional:

- Escolaridade: 1º Grau Completo;
- Possuir noções básicas de informática;
- Possuir bom preparo físico.

2.1.2 Perfil requerido:

- Ser dinâmico.
- Ter iniciativa.
- Ter boa expressão verbal e capacidade de comunicação.
- Possuir habilidade no relacionamento interpessoal.
- Comprometimento com a qualidade dos serviços prestados.

2.2 A Contratada se obriga a estabelecer os seus programas de treinamento, submetendo-os, previamente às suas execuções, à aprovação da CEDAE.

2.2.1 A Contratada se compromete a praticar salários e vantagens condizentes com as qualificações aqui exigidas aos empregados, a fim de se evitar, ao máximo, a substituição de empregados, principalmente os Leituristas, motivados por demissão voluntária, evitando-se assim a queda de qualidade ao longo da execução do contrato.

2.3 Todo o Pessoal da Contratada deverá ser vacinado, com apresentação obrigatória dos respectivos comprovantes, com as principais vacinas recomendadas para cada tipo de serviço, como, por exemplo, hepatite e tétano para as atividades operacionais tais como, leitura, instalação e substituição de hidrômetros.

2.4 Antes da contratação definitiva do pessoal a ser alocado nos serviços, a Contratada deverá submeter à listagem dos empregados selecionados para aprovação da CEDAE.

2.5 A CEDAE se reserva ao direito de solicitar a imediata exclusão de empregado da Contratada que cometer falta grave ou que não se enquadrar, convenientemente, no trato com o público/clientes, e deverá ser prontamente atendida pela contratada.

2.6 A CEDAE não se responsabiliza por nenhuma indicação de profissionais, seja ela feita por quem quer que seja.

3 UNIFORMES

3.1 A Contratada deverá manter seus empregados que executam serviço externo e de contacto direto com os clientes, devidamente uniformizados e obrigatoriamente portando crachás de identificações. O uniforme deverá ter cor diferente dos uniformes dos empregados da CEDAE, devendo ser submetido à apreciação da CEDAE para aprovação, e se compõe de:

- Camisa ou blusa de tergal ou camisa com mangas de malha,
- Calça ou saia de gabardine ou brim, não sendo aceito os do tipo moletom ou similar;
- Calçado tipo sapato, bota ou similar;
- Colete para os empregados externos contendo logotipo e identificação da Contratada e da CEDAE;
- Capa de chuva dos empregados externos de nylon, contendo logotipo e identificação da Contratada e da CEDAE;

3.2 O crachá deverá ser do tipo cartão magnético para ponto eletrônico, resistente à água, seja de chuva ou proveniente de vazamentos na execução de serviços operacionais de instalação ou substituição de medidores, que deverá ser portado à altura do peito e constar de:

- nome da Contratada (bem destacado);
- Nº de telefone e endereço da Contratada para contato ou reclamação;
- nome do empregado;
- Numero de identificação CEDAE (bem destacado);
- Matrícula/Registro, RG ou CTPS;
- A inscrição "A SERVIÇO DA CEDAE";
- Foto 3 x 4 recente, com no máximo 1 (um) ano;
- Data de validade;
- Cargo ou função do empregado;

3.2.1. A Contratada deverá submeter a Fiscalização da CEDAE o modelo de documento de identificação a ser utilizado para fins de aprovação e a numeração do crachá será fornecida pela CEDAE.

3.2.2. Todos os documentos de identificação dos empregados envolvidos na execução dos serviços inerentes ao contrato terão numeração e controle próprio da CEDAE, não sendo admitida qualquer outra forma de emissão de identificação para os referidos empregados, sob pena de sanções e multa.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. INSUMOS E EQUIPAMENTOS REQUERIDOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Caberá a Contratada fornecer os equipamentos microcoletores e as impressoras, necessários a realização dos serviços contratados, sendo também responsável pelos custos de reposição, em casos de: perda, roubo ou obsolescência, bem como sua manutenção.

A Contratada deverá dispor de todos os insumos necessários para a realização dos serviços contando com apoio da estrutura de suporte de sistemas da CEDAE para operações de assistência técnica e orientações do Sistema de Aplicativos de Saneamento Básico – SASB.

A CEDAE através da Assessoria de Tecnologia da Informação ATI-DE disponibilizará as telas do SASB para a Contratada com o devido treinamento e credenciamento, garantindo a confiabilidade e segurança do sistema.

4.2. ESCRITÓRIO CENTRAL E OS REGIONAIS

A Contratada deverá providenciar, na região de abrangência do contrato, os escritórios (central e os regionais) para administração dos serviços. As áreas dos imóveis deverão ser compatíveis com as necessidades do pessoal interno e externo da Contratada e da fiscalização da CEDAE.

Na localização dos escritórios deverá a Contratada garantir a comunicação via linha privada dedicada, entre o seu Centro de Informática e o CPD da CEDAE com velocidade mínima de 128 Kbps para a transferência de dados.



PROCURAÇÃO

OUTOGANTE: PAULO JOSÉ DEBATIN DA SILVEIRA, Brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade nº3. 377.312, expedida pela SSP-SP, e do CPF/ MF nº507. 730.548-04, representante legal da empresa **Sanear Engenharia e Construção Limitada**, CNPJ 46.277.612/0001-27, com sede à Av. Dr. Guilherme Dumont Villares, 1230 – 12º andar – São Paulo / SP no **CONSÓRCIO MÓDULO**, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.568.892/0001-36 com sede na Rua Joaquim Laje, 115, Mutondo, São Gonçalo/ RJ e

OUTORGADO: ANDRE ZISSOU, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 19.842.280-5 SSP-SP e cadastrado no CPF sob o nº 113.280.978-97, residente na Estrada da Boca do Mato, nº 716, Lote 06-A, quadra E, Vargem Pequena, Rio de Janeiro – CEP: 22.783-325.

PODERES: para representar o Outorgante na assinatura dos Contratos **CEDAE** originados na **DL 003/2018 (DE)** e na **DL 004/2018 (DE)**, Processo E-07/100.183/2018, celebrados entre o **Consórcio Módulo**, acima qualificado, e a **Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**.

O presente mandato terá validade de 90(noventa) dias a contar desta data, não podendo ser substabelecido.

São Paulo, 18 de Abril de 2018.

Paulo José Debatin da Silveira

Representante legal da Sanear Engenharia
e Construção Ltda no Consórcio Módulo

Issamu Sonoda

Representante legal: Sanear Engenharia e Contruções Ltda

CONSÓRCIO MÓDULO

Rua Joaquim Laje, 115 – Mutondo – São Gonçalo – Rio de Janeiro – CEP: 24450-280

PROCESSO Nº E-03/2.210.393/98 - MARIA NATALINA SILVA CORREA, Servente, ID Funcional nº 3670346/1, mat. nº 276.558-4, período base de 02/03/2012 a 01/03/2017.

PROCESSO Nº E-03/11.400.401/2004 - ZITA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA, Servente, ID Funcional nº 32783817/1, mat. nº 270.405-4, período base de 16/09/2010 a 15/09/2015.

PROCESSO Nº E-03/5.010.048/2003 - EDENIR REGINA DE LIMA NEVES CORREA, Prof. Doc. I, ID Funcional nº 40286916/2, mat. nº 828.415-0, período base de 22/02/2013 a 22/02/2018.

PROCESSO Nº E-03/2.210.209/2008 - JOSE PAULINO DE LELES FILHO, Servente, ID Funcional nº 3670346/1, mat. nº 276.542-8, período base de 26/11/2009 a 20/11/2015.

PROCESSO Nº E-03/03/13/437/2018 - ROSE MARY CARVALHO TELES, Prof. Doc. I, ID Funcional nº 34659152/2, mat. nº 828.532-2, período base de 19/10/2003 a 09/12/2008.

PROCESSO Nº E-03/11.402.564/2012 - LEILA DE SOUZA PINHEIRO, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 34925635/1, mat. nº 186.104-6, período base de 10/04/2011 a 23/06/2016.

PROCESSO Nº E-03/11.400.648/2003 - ANA PATRICIA ALVES PIZANO, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 33036470/1, mat. nº 5.001.049-5, período base de 14/11/2010 a 28/11/2015.

PROCESSO Nº E-03/8.510.122/99 - MARISTELA VASCONCELOS DO AMARAL, CARIAS, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 36681873/1, mat. nº 254.030-0, período base de 26/04/2012 a 26/04/2017.

PROCESSO Nº E-03/03/13/335/2014 - MARIA DE FATIMA PAULO DE JESUS OLIVEIRA, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 34919537/1, mat. nº 5.021.685-2, período base de 24/09/2010 a 23/09/2015.

PROCESSO Nº E-03/03/13/237/2013 - ROGERIA DA SILVA BRITO, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 40554089/3, mat. nº 845.619-6, período base de 04/02/2012 a 03/02/2017.

PROCESSO Nº E-03/4.510.008/2001 - IOLANDA DE OLIVEIRA LAMOUR, Merendaira, ID Funcional nº 36483044/1, mat. nº 5.002.008-0, período base de 26/12/2010 a 25/12/2015.

PROCESSO Nº E-03/2.900.048/94 - FLAVIA LUZIA DE PAULA BON CARDOSSO, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 32716427/1, mat. nº 283.276-4, período base de 23/01/2010 a 01/02/2015.

CONCEDO 03 (TRES) MESES DE LICENÇA ESPECIAL

PROCESSO Nº E-03/03/13/1416/2018 - CLAUDIA DA SILVA FONSECA, Prof. Doc. I, ID Funcional nº 42184002/1, mat. nº 915.316-4, períodos base de 01/08/2005 a 15/08/2010 e de 16/08/2010 a 15/08/2015.

PROCESSO Nº E-03/01/13/1522/2016 - VALERIO LAGRECA CASAMASSO, Prof. Doc. I, ID Funcional nº 5607540/8, mat. nº 927.878-9, períodos base de 06/02/2006 a 05/02/2011 e de 06/02/2011 a 07/03/2016.

PROCESSO Nº E-03/01/13/226/2018 - ROSIMEI ARAUJO FARIAS, Prof. Doc. I, ID Funcional nº 3670346/1, mat. nº 276.558-4, períodos base de 26/09/2003 a 17/09/2008 e de 18/09/2008 a 22/09/2013.

PROCESSO Nº E-03/11.400.744/2004 - MARLIZE LUCIO, Prof. Doc. I, ID Funcional nº 40765164/2, mat. nº 234.855-9, períodos base de 27/08/2007 a 26/08/2012 e de 27/08/2012 a 26/08/2017.

PROCESSO Nº E-03/2.210.211/2005 - DIANA ALVES DA SILVA, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 3642052/1, mat. nº 5.001.237-6, períodos base de 08/11/2007 a 07/11/2012 e de 08/11/2012 a 07/11/2017.

PROCESSO Nº E-03/11.402.752/2011 - FLAVIA LUZIA DE PAULA BON CARDOSSO, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 32716427/2, mat. nº 292.150-0, períodos base de 23/01/2005 a 22/01/2010 e de 23/01/2010 a 01/02/2015.

CONCEDO 06 (SEIS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL

PROCESSO Nº E-03/4.111.196/2008 - CELIA PORTO MACHADO, Merendaira, ID Funcional nº 36140236/1, mat. nº 5.011.776-1, períodos base de 07/03/94 a 06/03/99, de 25/11/2002 a 23/12/2007, de 24/12/2007 a 23/12/2012 e de 23/12/2012 a 21/02/2018. **CONCEDO 12 (doze) meses de Licença Especial**, tornando sem efeito as publicações anteriores referentes ao mesmo benefício.

PROCESSO Nº E-03/2.210.113/2011 - ROSIMERE FERREIRA DE ALMEIDA SALVADO, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 36684066/1, mat. nº 805.281-3, períodos base de 10/09/93 a 09/09/98, de 10/09/98 a 09/09/2003, de 10/09/2003 a 09/09/2008 e de 10/09/2008 a 09/09/2013. **CONCEDO 12 (doze) meses de Licença Especial**, tornando sem efeito as publicações anteriores referentes ao mesmo benefício.

PROCESSO Nº E-03/2.210.113/2011 - ROSIMERE FERREIRA DE ALMEIDA SALVADO, Prof. Doc. II, ID Funcional nº 36684066/1, mat. nº 805.281-3, períodos base de 10/09/93 a 09/09/98, de 10/09/98 a 09/09/2003, de 10/09/2003 a 09/09/2008 e de 10/09/2008 a 09/09/2013. **CONCEDO 12 (doze) meses de Licença Especial**, tornando sem efeito as publicações anteriores referentes ao mesmo benefício.

PROCESSO Nº E-03/03/13/2801/2018 - ANA LUCIA BRAGA CERQUEIRA, Prof. Doc. II, ID 36401668/1, mat. nº 5.001.231-9.

PROCESSO Nº E-03/03/13/2802/2018 - ADRIANA MEDEIROS OLIVEIRA, Prof. Doc. II, ID 365248/1, mat. nº 805.335-7.

CONCEDO ALTERAÇÃO DE NOME

Id: 2115560

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 26/06/2018

PROCESSO Nº E-26/005/1998/2018 - AUTORIZO o afastamento do país, sem ônus para o Estado, da servidora SONIA DE MENDES FERREIRA LOPES, ID Nº 353795-9, Professor FAETEC I, no período de 27 de junho a 07 de julho de 2018, para participar do International Conference in Training and Inclusion - Adult, em Lisboa, Portugal.

Id: 2115795

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSTILA DA SUPERINTENDENTE

DE 25.06.2018

PORTARIA Nº 138/SRH/2018 - LEILA MEDEIROS DE MENEZES, mat. nº 03.943-8/ID nº 2539367-7, em atividade, fica responsável para fazer constar que onde se lê "artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005", leia-se "artigo 40, § 1º, inciso III alínea 'a' da Constituição Federal".

Id: 2115663

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

DE 21.06.2018

PROCESSO Nº E-26/007/4236/2018 - ANOTE-SE o tempo de serviço e contribuição prestado por SERGIO DE ALMEIDA DIAS, mat. nº 26.642-4, em atividades vinculadas ao INSS, nos períodos de 01/07/1980 a 29/08/1980, 12/01/1981 a 09/03/1982, 12/07/1982 a 27/07/1982, 20/10/1982 a 28/01/1983 e 21/03/1983 a 20/05/1983, totalizando 657 dias de exercício.

PROCESSO Nº E-26/007/5405/2014 - FERNANDO DA COSTA RIBEIRO, mat. nº 37.705-1 - DESAVERBE-SE o tempo de serviço constante no Processo nº E-26/007/5405/2014 do servidor FERNANDO DA COSTA RIBEIRO, matrícula nº 37.705-1, tornando sem efeito o despacho de 23/05/2014, publicado no DOERJ de 29/05/2014.

PROCESSO Nº E-26/007/11003/2015 - EROS ALEXANDRE PEIXOTO DOS SANTOS, mat. nº 5.304-1 / ID nº 2532013-0 - DEFIRO o Abono de Permanência, com validade a contar de 24/03/2016, uma vez que o interessado atende aos requisitos constitucionais, ficando sem efeito a publicação no DOERJ de 04/02/2016, página 17, 1º coluna.

PROCESSO Nº E-26/007/6151/2017 - MARCIA FONTES PEIXOTO AZEREDO, mat. nº 30.853-6 / ID nº 256685-3 - DEFIRO o Abono de Permanência, com validade a contar de 29/09/2017, uma vez que o interessado atende aos requisitos constitucionais.

PROCESSO Nº E-26/007/6236/2017 - MARIA REGINA RIBEIRO, mat. nº 30.572-2 / ID nº 257632-5 - DEFIRO o Abono de Permanência, com validade a contar de 02/02/2014, uma vez que o interessado atende aos requisitos constitucionais.

PROCESSO Nº E-26/007/6545/2017 - IRENE BATISTA DA SILVA, mat. nº 7.348-6 / ID nº 2546047-1 - DEFIRO o Abono de Permanência, com validade a contar de 17/12/2017, uma vez que o interessado atende aos requisitos constitucionais.

DE 25.06.2018

PROCESSO Nº 3355/96 - AUTORIZO a redução de 50% da carga horária do servidor REGINA MONTEIRO DE ABREU, matrícula 27.125-4, TÉCNICO UNIVERSITÁRIO II, nos termos da legislação em vigor.

PROCESSO Nº E-26/007/2821/2018 - AUTORIZO a redução de 50% da carga horária do servidor RITA DE CÁSSIA DE ALMEIDA DA COSTA, matrícula 37.851-3, TÉCNICO UNIVERSITÁRIO II, nos termos da legislação em vigor.

PROCESSO Nº E-26/007/10082/2015 - ANOTE-SE o tempo de serviço e contribuição prestado por VALERIA LEITE DE AQUINO, mat. nº 38.756-3, em atividades vinculadas ao INSS, nos períodos de 01/11/2007 a 30/11/2007, 01/06/2014 a 30/09/2017 e 01/08/2014 a 30/09/2014, totalizando 121 dias de exercício e a UERJ, nos períodos de 01/05/2009 a 31/12/2011, 01/11/2012 a 31/01/2013, 01/03/2013 a 31/03/2013 e 01/03/2013 a 10/02/2014, totalizando 1.384 dias de exercício, desprezando-se o restante por consistência.

PROCESSO Nº E-26/007/4068/2018 - ANOTE-SE o tempo de serviço e contribuição prestado por SYLVIA ALVES CIBREIROS, mat. nº 32.486-3, à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, nos períodos de 21/02/1990 a 30/09/1993 e 08/11/1993 a 31/05/1995, totalizando 1.883 dias de exercício.

Id: 2115664

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA

ATOS DO CHEFE

DE 14/06/2018

INDICA a servidora VERUSCA DE ARAUJO MACHADO, matrícula 38168-1, como responsável pela guarda e conservação dos bens inventariados pela DIBENM e localizados na Pós-Graduação em Ecologia e Evolução - PPGEE, a contar de 14/06/2018;

INDICA o servidor JAYME AUGUSTO PREVEDELLO, matrícula 38710-0, como responsável pela guarda e conservação dos bens inventariados pela DIBENM e localizados no Laboratório de Ecologia e Paisagens - IBRAG - LEPAI a contar de 14/06/2018.

Id: 2115617

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 23.01.2018

PÁGINA 12 - 3ª COLUNA

ATO DO PRESIDENTE

DE 19.01.2018

PROCESSO Nº E-26/005/3245/2016

Onde se lê CESAR HENRIQUE FIESCHI LAVAGNINA CRUZ

Leia-se: CESAR HENRIQUE FIESCHI LAVAGNINO CRUZ

Id: 2115654

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 26.06.2018

PROCESSO Nº E-26/005/2792/2017 - NEWTON CESAR MACEDO GUIMARÃES, Agente Administrativo, matrícula nº 226.115-0, ID funcional nº 4411447-8, **DE-SE REASSUNÇÃO**. Justificada as faltas, exclusivamente para fins disciplinares, ocorridas a partir de 01.06.2017 até a véspera da sua reassunção, nos termos do § 3º do artigo 236 do Decreto nº 2.479/79.

Id: 2115650

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 26.06.2018

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIARIOS

ATO DO PRESIDENTE E DO SECRETÁRIO

PORTARIA CONJUNTA DETRO/SES-RJ Nº 05

DE 28 DE JUNHO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, NA FORMA QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DO DETRO/RJ e O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE - SES, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844 de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para a execução orçamentária do poder executivo para o exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436 de 30 de abril de 2010, e Instrução Normativa AGE nº 24, de 10/09/13, que dispõe sobre a descentralização e prestação de contas da execução dos créditos orçamentários, e dá outras providências, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-08/006/067/2018.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução de crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Apoio à Superintendência de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado de Saúde - SES.

II - VIGÊNCIA: Início: A partir da data da publicação - Término: 31/12/2018.

III - DE/Concedente: 3133 - Departamento de Transporte Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro.

UG: 313300 - Departamento de Transporte Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro.

UO: 3133 - Departamento de Transporte Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro.

IV - PARA/Executante: 2900 - Secretaria de Estado de Saúde.

UG: 296100 - Fundo Estadual de Saúde.

UO: 2961 - Fundo Estadual de Saúde.

V - CRÉDITO:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	VALOR (R\$)
6133.26.122.0002.20164490	230		R\$ 60.000,00

Art. 2º - A prestação de contas final dos recursos descentralizados nesta Portaria Conjunta deverá ser acompanhada de parecer elaborado pelo Controle Interno do Órgão Executante, opinando quanto à regularidade da despesa nos termos do art. 16, inciso V, do Decreto nº 43.463, de 14/02/2012, e, observando as disposições da Instrução Normativa AGE/SEFAZ nº 24, de 10/09/2013.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2018

MARCUS CAMARGO QUINTELLA

Presidente do DETRO/RJ

SÉRGIO D'ABREU GAMA

Secretário de Estado de Saúde

Id: 2115804

Secretaria de Estado do Ambiente

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEA Nº 589 DE 26 DE JUNHO DE 2018

REVOGA A RESOLUÇÃO SEA Nº 588, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Resolução SEA Nº 588, de 06 de junho de 2018, publicado no DOERJ de 07 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 07 de maio de 2018.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2018

MARCO AURÉLIO DAMATO PORTO

Secretário de Estado do Ambiente

Id: 2115661

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 28.06.2018

PROCESSO Nº E-07/002.13718/2017 - HOMOLOGO e ADJUDICO a Tomada de Preço nº 003/2018, que foi arrematado pela Empresa "SARNER ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI, cujo CNPJ: 28.793.948/0001-60, com o valor de R\$ 1.457.694,52 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos), cujo objeto é a "elaboração de Projeto Executivo e Implantação das Obras de Parque Urbano Próximo ao Rio Iguaçu, Município de Belford Roxo - RJ".

Id: 2115623

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/04/2018

DESIGNA DAISY CRISTINA DE ALVARENGA MENEZES, Engenheira F, como Presidente, VITÓRIA MARIA BASTOS PADRÃO DO ESPIRITO SANTO, Agente Administrativo F, JORGE ROBERTO CARMO BARRETO, Administrador D, como membros titulares e MARCIA TAVARES DA SILVA, Agente Administrativo E, como membro suplente. Gerente do Contrato IONES MENDES HOTZ, Agente Administrativo F e MARIA DE LOURDES CORREIA FERREIRA, Agente Administrativo C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO, ARRECAÇÃO COM GERCIONAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS, ÁREA CEDAE - LOTE I-A (REGIÃO METROPOLITANA), LOTE II - B (ZONA OESTE/COSTA VERDE) C (BAIXADA FLUMINENSE) E LOTE III - D (ZONA LESTE E INTERIOR DO ESTADO), de que trata o Processo nº E-07/100.183/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.107/2018.

Id: 2115556

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 27/06/2018

PROCESSO Nº E-07/100.284/2017 - Em conformidade com o deliberado na Sessão Ordinária da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro, realizada em 26/06/2018, no Processo nº E-12/003/270/2018, dá publicidade à estrutura tarifária, com reajuste das tarifas, pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a vigor em 01 de agosto de 2018, conforme abaixo:

ESTRUTURA TARIFÁRIA "A" VIGENTE (data base agosto/2018)

lidos do Vale do Café. PARTES: O Município de Barra do Piraí e o Município de Vassouras. **OBJETO:** Assegurar as adequações ao Contrato de Consórcio Público vigente do Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos em razão do ingresso do Estado do Rio de Janeiro autorizado pelas Câmaras Municipais dos municípios consorciado e, ao mesmo tempo, atender às condicionantes estabelecidas no Decreto Estadual nº 43.153, de 25 de agosto de 2011, que estabelece condicionantes para o Estado participar de consórcios públicos voltados para a gestão associada e integrada dos serviços de manejo de resíduos sólidos. **DATA DE ASSINATURA:** 26/09/2013. **PROCESSO Nº E-07/00128/2016.**
*Omitido no D.O. de 27/09/2013.

Id: 2115566

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 049/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO ACQUA RIO MEDICÇÃO.
OBJETO: "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS EM TODA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - LOTE I - ÁREA A (REGIÃO METROPOLITANA)".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 17.194.960,46 (dezanove milhões, cento e noventa e quatro mil novecentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos).
DATA DE ASSINATURA: 26/04/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.183/2018 (DL nº 002/2018 - DE -).
*Omitido no D.O. de 27/04/2018.

Id: 2115557

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 050/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e as empresas componentes do CONSÓRCIO MÓDULO.
OBJETO: "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS EM TODA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - LOTE III - ÁREA D (ZONA LESTE E INTERIOR DO ESTADO)".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 21.422.355,27 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e dois mil trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 26/04/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.183/2018 (DL nº 004/2018 - DE -).
*Omitido no D.O. de 27/04/2018.

Id: 2115558

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 051/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e as empresas componentes do CONSÓRCIO MÓDULO.
OBJETO: "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS EM TODA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - LOTE II - ÁREAS B (ZONA DESTINADA VERDE) E C (PARADIA E LUMENENSE)".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 34.960.386,22 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta mil trezentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos).
DATA DE ASSINATURA: 26/04/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.183/2018 (DL nº 003/2018 - DE -).
*Omitido no D.O. de 27/04/2018.

Id: 2115559

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 035/2015 (DP).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o Escritório NELSON WILLIAMS & ADVOGADOS ASSOCIADOS.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 608.400,00 (seiscentos e oito mil e quatrocentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 29/06/2015.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.129/2014 (CN nº 204/2014).

Id: 2115651

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEAPPA torna público que em virtude do jogo da seleção brasileira, está prorrogando o prazo para o envio de propostas do Shopping nº 007/2018 - Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra para a Reforma do Departamento Geral de Administração e Finanças e dos Escritórios da EMATER-RIO em Santo Antônio de Pádua, para o dia 03/07/18, às 17:30 horas. A divulgação do resultado da Ata de Abertura de Propostas, será realizada no dia 04/07/18, aos participantes do certame através da correspondência eletrônica. Maiores informações poderão ser solicitadas por meio do e-mail compras.seappa@gmail.com ou efetuar contato pelo telefone: (21) 3601-6439 no horário de 09:30 h às 17:30 h.

Id: 2115635

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEAPPA torna público que será SUSPENSO "sine die", o Pregão Eletrônico nº 012/2018 - Prestação de Serviços de Suporte aos Projetos de Pesquisa Agropecuária, Científica e Tecnológica. Maiores informações poderão ser solicitadas por meio do e-mail compras.seappa@gmail.com ou efetuar contato pelo telefone: (21) 3601-6439, no horário de 09:30h às 17:30h.

Id: 2115744

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO S.A.

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/18.
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico a prestação de serviços comuns e contínuos, por empresa especializada, devidamente regularizada, de segurança e vigilância patrimonial armada, junto às Unidades da Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A - CEASA-RJ, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
FONTE DE RECURSO: 230 - RECURSOS PROPRIOS.
DATA DA ABERTURA: 17/07/2018, às 10:00h.
TIPO: Menor Preço Global.
PROCESSO Nº E-02/004/569/2018.

O Edital encontra-se à disposição no site: <http://www.compras.rj.gov.br>, podendo ser retirado, na forma impressa, no Setor de Licitações e Contratos da CEASA-RJ, situada na Av. Brasil, 19.001 - Itrajá - RJ - Prédio da Administração - 5º andar - sala 509, de 2ª a 6ª feira, das 09:00h às 16:00h, mediante a permuta de uma resma de papel A-4 (quinhentas folhas). Para retirada do Edital, informações pelo telefone (21) 2333-8266 ou pelo e-mail: concorrenca.ceasa@ceasa.rj.gov.br.

Id: 2115725

Secretaria de Estado de Cultura

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação nº 01/2018. PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura - SEC e a Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR. **OBJETO:** Enviar esforços para o desenvolvimento de programa de uso cultural, formas de gestão, bem como o projeto de recuperação e adequação do edifício, para a implantação do Centro de Referência dos povos indígenas. **DATA DE ASSINATURA:** 06/06/2018. **VIGÊNCIA:** 24 meses, contados a partir da data de publicação. **PROCESSO Nº E-18/001/28/2017.**

Id: 2115812

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INEPAC - NOTIFICA aos proprietários ou a quem interessar possa que, nos termos do inciso II do artigo 5º do Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982, e tendo em vista a CIÊNCIA PRÉVIA do Exmo. Senhor Governador do Estado, publicado no DOERJ de 15 de junho de 2018, fica determinado o TOMBAMENTO PROVISÓRIO dos bens localizados no município de Piraí, abaixo relacionados:
- Igreja Santana do Piraí - Paróquia de Santana e seu acervo, localizada na Rua Pio XII, 236, Centro;
- Casa Paroquial, localizada na Rua Pio XII, 265, Centro; e
- Parque Natural Municipal Mata do Amador, localizado de acordo com a Lei Municipal nº 447, de 08 de abril de 1997.
Fica estabelecido como área de tutela para proteção da ambiência, o polígono demarcado no mapa contido às fls. 25. Processo Nº E-18/001/453/2018.

Id: 2115889

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01	Processo nº	E-18/001/1127/2017
	Projeto:	Abracadabra
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Circus Mais Diversões Ltda. - ME
	CPF/CNPJ:	01.765.337/0001-52
	Patrocinador:	Claro S.A.
	CNPJ:	40.432.544/0002-69
	Valor Total Incentivado:	R\$ 2.000.000,00
	Destinação Obrigatória Fundo (1/5 do Valor)	R\$ 400.000,00
	Incentivado:	
	Valor Total de Contrapartida	R\$ 500.000,00

Id: 2115881

Procuradoria Geral do Estado

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato PGE-RJ nº 10/2018.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/FUNPERJ e a sociedade empresária SOFTWARE AG BRASIL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção, adequação, automação e adaptação de ambiente tecnológico e operacional que suporta o Sistema de Divida Ativa do Estado do Rio de Janeiro.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 2.653.209,50 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil duzentos e nove reais e cinquenta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO: art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.
AUTORIZAÇÃO: Processo Nº E-14/001.004355/2018.
ASSINATURA: 26 de junho de 2018.

Id: 2115726

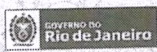
biblioteca
sergio cavaleri filho

Livros, periódicos e multimeios, com ênfase nas áreas de Controle Externo, Gestão Pública, Direito Administrativo, Licitação e Contrato Administrativo, Orçamento Público, Auditoria, Responsabilidade Fiscal, Contabilidade Pública, Receita Tributária e Meio Ambiente

Aberta ao público de segunda a sexta, das 9h às 18h

Contato:
biblioteca_ecg@tce.rj.gov.br
tel.: (21) 3231-5328

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Praça da República, 50 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.211-351



documento
assinado
digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 29 de Junho de 2018 às 01:14:30 -0300.